

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Referência: Meta 2024.064 | Processo nº 25389.000418/2025-05.

Com base na Instrução Normativa (IN) SEGES/ MPOG nº 05/2017, as contratações devem ser precedidas de Estudos Preliminares para Análise da sua Viabilidade Técnica e Impacto Ambiental, Avaliação do Custo da Obra e Definição dos Métodos e Prazo de Execução que servirão para elaboração do Termo de Referência e do Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração Pública.

Portanto, registra-se que o objetivo do presente documento é definir tais condicionantes, predecessoras à elaboração do Termo de Referência e do Projeto Básico a serem desenvolvidos posteriormente.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. JUSTIFICATIVA

Esta contratação se justifica pela necessidade de garantir o desenvolvimento dos projetos, com a implementação de uma gestão estratégica da informação e dos processos que assegurem a qualidade do resultado da contratação, dentro dos menores prazos e custos possíveis, visando a construção do Centro Laboratorial de Ocupação Transitória (Clot).

Nesta mesma direção, identifica-se que as empresas especializadas em gerenciamento de projetos têm direcionado seus esforços no planejamento, gestão e controle de dados e na inovação tecnológica, visando garantir qualidade, redução de retrabalho e ganhos de eficiência.

Tais interesses, convergentes ao da Administração Pública, fundamenta uma contratação especializada que abarque: (i) elaboração das bases de gestão da informação em BIM - CDE, OIR, EIR, BEP e PIM - *templates* e bibliotecas; (ii) o gerenciamento técnico e validação dos projetos nas etapas de Projeto Legal, Projeto Básico e Projeto Executivo; (iii) o suporte técnico especializado durante a etapa de obra; e (iv) a validação do *As built* – *utilizando a metodologia BIM em todos os serviços contratados*.

Deste modo, a partir da gestão de um ambiente comum de dados, da implementação de bases padronizadas de trabalho, da estruturação de requisitos de informação, e da aplicação de protocolos de gestão e auditoria técnica de projeto, é possível identificar interferências disciplinares, garantir a interoperabilidade, rastreabilidade e escalabilidade dos produtos, e mitigar riscos de forma precoce, impactando positivamente na execução da obra e em todo ciclo de vida do empreendimento.

2.2. ESCOPO E OBJETIVOS

Contratação de serviços especializados de gerenciamento de projeto, incluindo a elaboração, implementação e gestão da informação nos processos BIM, validação das fases de Projeto Legal, Projeto Básico, Projeto Executivo, suporte técnico à obra e validação da fase *As Built*, para a construção do CLOT (Centro Laboratorial de Ocupação Transitória), localizado no Campus Manguinhos da Fiocruz, Rio de Janeiro/RJ.

O escopo da contratação abrange:

- Gerenciamento e fiscalização dos projetos, através do controle de escopo, prazos, custos e requisitos técnicos durante todas as fases do empreendimento, com uso constante da metodologia BIM e Plataformas correspondentes, conforme a ISO 19.650 e o Decreto nº 10.306/2020;

- implementação e gestão do ambiente comum de dados (CDE), garantindo o controle de versionamento, autoria e confiabilidade dos arquivos, conforme os documentos institucionais da Fiocruz, que definem os parâmetros técnicos, normativos e organizacionais para contratações públicas com uso de BIM;
- elaboração dos documentos que compõem o sistema de gestão da informação em BIM, que inclui OIR, EIR (PIR+AIR), BEP e PIM;
- desenvolvimento do Modelo de Informação do Projeto (PIM), que compreende a criação de *templates* padronizados e bibliotecas de objetos por disciplina, em conformidade com o EIR, garantindo uniformidade da modelagem, eficiência dos fluxos de trabalho e preparação dos modelos para uso institucional ao longo de todo o ciclo de vida do ativo;
- acompanhamento, gestão técnica integrada, revisão e validação normativa, geométrica, informacional e documental dos projetos desenvolvidos pela projetista/construtora, nas fases de Projeto Legal (PL), Projeto Básico (PB) e Projeto Executivo (PE) para as seguintes disciplinas envolvidas: Arquitetura, Estrutura, Hidrossanitária (água fria e quente, esgoto e drenagem), Elétrica, SPDA, AVAC, Tratamento Acústico, Iluminação, Impermeabilização, Linha de Vida e Ancoragem, Gás e Gases Especiais, PSCIP, Automação, Telecomunicações, CFTV e Controles, Saneamento Ambiental, Urbanismo, Paisagismo, Desenho Industrial (Produto e Sinalização) e Equipamentos Especiais, com emissão de pareceres técnicos, checklists e relatórios periódicos por disciplina;
- suporte técnico especializado ao longo da construção para dirimir dúvidas ou superar não conformidades de projeto que possam impactar a execução da obra;
- validação contínua do *As Built* nas esferas normativa, geométrica, informacional e documental, ao longo de toda a fase de construção, por meio de comparação sistemática entre o modelo e a obra executada, utilizando Plataforma 360° de acompanhamento;
- acompanhamento da evolução e validação dos planos BIM obrigatórios: BEP, MIDP, TIDP e seus desdobramentos por fase e disciplina, com foco na interoperabilidade e preparação dos modelos e dados para futura transição ao modelo AIM, voltado à manutenção, operação assistida e gestão de ativos, conforme AIR institucional.

Observação: o Contratado deverá monitorar sistematicamente os processos de licenciamento nos Órgãos Técnicos Públicos municipais, estaduais e federais, e concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

Observação: a contratação poderá ser suspensa até a obtenção das aprovações, licenças e alvarás necessários para a conclusão da etapa de Projeto Básico.

Observação: o Contratado deverá acompanhar o processo de certificação pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) Edifica, de modo a demonstrar (i) a conformidade aos requisitos mínimos de desempenho; (ii) a redução do consumo de energia e água; e (iii) a racionalidade de operação e manutenção da edificação.

3. ÁREA REQUISITANTE

Coordenação de Projetos e Obras (CPO)/ Cogic; Ana Paula Medeiros, matrícula Siape nº 1791789

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- A gestão do projeto deverá ser realizada com base em metodologia reconhecida, alinhada aos princípios do Project Management Institute (PMI) e às boas práticas de governança e fiscalização de contratos de engenharia.
- A metodologia BIM será adotada em conformidade com o Caderno BIM COGIC/Fiocruz e normas técnicas nacionais e internacionais pertinentes, em especial a ABNT NBR ISO 19650 (série), ABNT NBR 17170:2023 (Guia de Gestão de Projetos BIM), ABNT NBR 16636:2023 (Gestão de Projetos de Construção), e o Decreto Federal nº 10.306/2020, bem como as diretrizes do BIM Fórum Brasil e da Estratégia Nacional de Disseminação do BIM (ENABIM).
- A Gerenciadora deverá observar e cumprir as normas e práticas vigentes durante toda a prestação dos serviços, tanto para si quanto para a empresa Projetista/Construtora, contratada pela Fiocruz.

A contratação pretendida não possui natureza de serviço continuado.

A contratação prevê a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas sem perda de informações, podendo ser exigido do Contratado, no que couber, capacitar os técnicos do Contratante ou qualquer representante designado.

4.1. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de execução deverá ser de 35 (trinta e cinco) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS); o prazo de vigência deverá ser de 44 (quarenta e quatro) meses.

Observação: o prazo de vigência excede o prazo de execução em 9 (nove) meses porque comporta (i) apresentação da documentação prévia à execução (1 mês); (ii) recebimentos provisório e definitivo (4 meses); (iii) pagamento da última medição de serviço (1 mês) e (iv) extensão de prazo para abarcar eventuais suspensões do prazo de execução (3 meses).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em nível preliminar foi realizada a coleta e análise de informações sobre preços, condições, relações de custo *versus* benefícios e práticas de mercado relacionadas ao objeto a ser contratado, com o objetivo de fornecer subsídios para tomada de decisão por parte da Administração em relação à contratação. Foram estabelecidos três campos de análise:

- valor estimado da contratação: definido a partir de composição de custos obtidos em banco de dados público;
- fonte para obtenção do valor estimado: preços constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), de banco de dado público para obras e serviços de Engenharia;
- análise de custo para diferentes alternativas de solução técnica: não aplicável;
- identificação de fornecedores ou prestadores de serviços: empresas que atuam no ramo de Arquitetura e Engenharia;
- expectativa de variação de preços no decorrer da contratação: não há variação significativa de preços prevista;
- avaliação da viabilidade econômica: foram considerados (i) a justificativa e os objetivos institucionais; (ii) os resultados pretendidos; (iii) o valor estimado praticado no mercado; (iv) a análise de diferentes soluções técnicas (no que cabível); (v) fornecedores ou prestadores de serviço capacitados a prestar

o serviço; (vi) expectativa de variações de preço; e (vii) o planejamento orçamentário da Administração.

5.1. CONDIÇÕES GERAIS PARA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO

Embora o objeto da contratação tenha características singulares, uma vez que atende a especificidades rigorosas estabelecidas a partir da formulação de programa de necessidades e levantamentos técnicos, a maior parte dos serviços e materiais são de natureza corrente, tendo seus custos estabelecidos a partir das tabelas de referência do Sinapi ou outra fonte pública reconhecida.

Sempre que cabível tecnicamente, serão consideradas instalações, sistemas e equipamentos de natureza comum que não requerem fabricação exclusiva, reduzindo o custo total da contratação.

Nas composições cuja definição de custo através do Sinapi se mostrar inviável, serão utilizados como referência os seguintes bancos de dados: Sistema de Custo de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (SCO) e Sistema de Boletim de Custos (SBC), sendo substituídos os custos dos insumos pelos do Sinapi.

Por último, para serviços, materiais construtivos, sistemas ou equipamentos que não forem contemplados pelo Sinapi, será realizada pesquisa de mercado, adotando-se as diretrizes da IN SEGES/ME nº 73, de 2020.

Cabe ressaltar que o orçamento estimativo a ser elaborado pela Administração será meramente referencial, sendo de inteira responsabilidade da licitante toda e qualquer conferência de quantidades de serviços necessários para o cumprimento integral do objeto e do escopo da licitação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O complexo de edificações, que é destinada à atividade de pesquisa, totaliza **8.233,16m²** (960), subdivididos nas seguintes áreas: (i) laboratoriais de nível de risco biológico (NB2), áreas para apoio à pesquisa (salas de cultura, salas de frizeres, salas de lavagem e esterilização, dentre outras) e gabinetes para gestão da pesquisa somando **7.172,07m²** (963); (ii) áreas para gestão e espaços multiuso com um total de **825,76m²** (965); (iii) guarita, áreas técnicas (casa de nitrogênio líquido, casa de bombas, CMI, casa de ar comprimido, casas de gases, abrigo de inflamáveis) e área de convívio totalizando **235,33m²** (961, 962, 964, 966). Acrescida ainda a urbanização (passeios e estacionamento) para o complexo com **1.600m²**. Além do Clot, também faz parte desta contratação a construção do abrigo de inflamáveis da Unadig com **14,55m²**.

Por se tratar de *campus* com um conjunto de elementos já construído, o Contratado deverá respeitar (i) as construções (notadamente aquelas que forem históricas e tuteladas); (ii) a infraestrutura e a urbanização (redes, vias, calçadas, mobiliário e sinalização); e (iii) os elementos arbóreos e o paisagismo.

Em relação ao serviço o Contratado deverá:

- contribuir para o cumprimento pleno dos contratos entre Contratante e a empresa projetista/Construtora mediante o acompanhamento de todas as atividades inerentes e quaisquer outras eventuais tais como alterações de escopo e aditivos contratuais;
- subsidiar os técnicos e gestores da Contratante para as tomadas de decisões estratégicas por meio de informações que devam ser produzidas pela Gerenciadora tempestivamente e em formatação adequada ao processo administrativo, permitindo a adoção de ações corretivas, preventivas e legais;
- reduzir os riscos de não cumprimento dos prazos contratuais pela empresa Projetista/Construtora, de forma atuante e proativa ao longo de todo o processo da elaboração do projeto;

- promover e garantir a comunicação eficaz entre todos os envolvidos no empreendimento, de modo que as informações corretas sejam disponibilizadas nos momentos apropriados para todas as partes interessadas;
- fornecer e garantir a utilização e a alocação de recursos humanos em quantidade suficiente ao cumprimento do gerenciamento adequado a cada fase do objeto contratual;
- fornecer e garantir a utilização de ferramentas tecnológicas (software, entre outros) relativas e aplicadas ao gerenciamento do empreendimento e adequadas a cada fase do objeto contratual;
- contribuir para a entrega do projeto aprovado nos Órgãos Técnicos Públicos (OTPs) cabíveis e Projeto Executivo do empreendimento em conformidade com os parâmetros de prazo, de custo e de qualidade definidos inicialmente pelo Contratante.

Nesse sentido, alterações que não digam respeito ao objeto da contratação deverão ser encaradas como excepcionalidade, de modo a minimizar reformulações e/ou ajustes que onerem a execução.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Será elaborada oportunamente planilha orçamentária com a estimativa das quantidades a serem contratadas, que será baseada em projetos de diferentes disciplinas e memórias de cálculo, e levará em consideração a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A contratação está estimada em R\$ 5.511.430,74 (cinco milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e trinta reais e setenta e quatro centavos).

Serão apresentados oportunamente o Projeto e as planilhas orçamentárias com a composição e valores de itens detalhados.

Observação: o valor apresentado acima tem caráter estimativo com base em Estudo Preliminar; portanto, em função do desenvolvimento do Projeto – que irá proporcionar um detalhamento de especificações e melhor quantificação dos serviços previstos -- poderá haver divergência entre o valor ora apresentado e aquele que será definido, oportunamente, como referência para a licitação e constará na Nota Técnica da contratação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando que (i) se trata de objeto de Engenharia cuja execução vincula diferentes serviços técnicos, materiais, instalações, sistemas e equipamentos indissociáveis para o resultado final pretendido; (ii) a responsabilização técnica é atrelada ao conjunto da execução, aceitando-se distinção somente para as diferentes disciplinas; (iii) a garantia da contratação é integral, não sendo subdivisível por suas partes, componentes ou etapas; (iv) não se identifica vantagem ou economicidade com o parcelamento da solução; (v) existe grave risco para a Administração de não ser atingido o objetivo pretendido por conta do eventual parcelamento da execução ou repartição de responsabilidades.

A divisão do objeto não é aplicável, no entanto, também não representa perda de economia de escala.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A referida contratação está vinculada à Contratação integrada para construção do Centro Laboratorial de Ocupação Transitória (Clot), localizado no Campus Manguinhos da Fiocruz, Rio de Janeiro/RJ.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação proposta foi elaborada a partir de diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Plano Quadrienal da Fiocruz (PQ) ou pelo Plano Plurianual (PPA).

Por este motivo, foi elencada no **Plano Anual de Contratações (PAC)** e na programação de serviços da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), unidade responsável pela gestão de infraestrutura da Fiocruz.

A contratação está alinhada com o **Plano Diretor de Logística Sustentável**, no que é cabível para o objeto da contratação.

Além de considerar **outros instrumentos de planejamento da Administração** -- Decreto nº 10.947/2022, art. 7º da IN SEGES/ME nº 81/ 2022 e Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Em sentido amplo, a contratação pode contribuir para a geração de emprego e renda, o estímulo ao desenvolvimento de competências e conhecimentos técnicos na área de atuação da saúde pública e do complexo industrial da saúde, e o incentivo à articulação da cadeia de produção da construção civil.

De modo específico, com a contratação espera-se prover espaços de trabalho funcionais, ergonômicos, seguros e agradáveis, adequados às normas vigentes de Segurança do Trabalho, Segurança Contra Incêndio e Pânico (Corpo de Bombeiros) e Acessibilidade Universal; além de normas específicas de Biossegurança, Vigilância Sanitária (municipal e/ou estadual), e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde -- conforme cada caso -- e demais legislações e normas vigentes.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em função da natureza da contratação e das exigências estabelecidas, não há necessidade de adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Será necessário realizar licenciamento ambiental no âmbito da contratação, conforme segue:

- obtenção de licenças ambientais (prévia, de instalação e de operação);
- autorização para remoção vegetal;
- manifesto de volume de resíduos.

14.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Serão assumidos critérios e práticas de sustentabilidade ambiental visando à redução do consumo de energia e água, e geração de resíduos gerais e de construção civil – tanto em relação (i) à procedimentos de desenvolvimento e gestão, (ii) às soluções técnicas de projeto e execução de obra ou serviços de Engenharia; ou (iii) à racionalidade de operação e manutenção da edificação.

Tais critérios e práticas estão baseados na IN SLTI/MPOG nº 1/2010, no artigo 45 da Lei nº 14.133/2021, no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto nº 11.043/2022), no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS, Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021) e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (revisão setembro/2023), constituindo-se como condições que obrigatoriamente precisam ser observadas pelo Contratado, sem prejuízo de outras exigências a serem formuladas pela Administração.

A IN SLTI/MPOG nº 1/2010 estabelece que os órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional devem incluir critérios de sustentabilidade ambiental em suas especificações para contratação de serviços e obras. Desse modo, conforme o artigo 4º da referida IN, definem-se as seguintes exigências:

“[...] as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de Engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização e tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

[...] § 4º – No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de Engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).”

Considerando o artigo 6º da IN SLTI/MPOG nº 1/2010, que estabelece a necessidade de inclusão nos editais de contratação da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços pelas empresas contratadas sempre que cabível, pode-se transcrever os seguintes elementos:

“I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. [...]

Parágrafo único – O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.”

Nos termos dos incisos I, II e III do artigo 45 da Lei nº 14.133/2021, ficam definidos os seguintes critérios:

“I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais; [...]”

O item 4.3.2 do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto nº 11.043/2022), estabelece como orientação a *"redução da quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada"* através da diretriz (2A) de *"reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos e aumentar a reutilização de produtos"* e da estratégia (12) de *"incentivar a inserção de critérios ambientais nas licitações públicas, orientando, quando viável técnica e economicamente, a aquisição de produtos reutilizáveis"*.

O PLS estabelece práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, pautadas em práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços.

Em relação ao desenvolvimento do projeto, (i) sem prejuízo dos critérios já elencados contidos na legislação supracitada, (ii) com base no parágrafo único do artigo 6º da IN SLTI/MPOG nº 1/2010, e (iii) com vistas a minimizar qualquer impacto ambiental decorrente da execução dos serviços previstos, são definidos os seguintes critérios específicos:

- é obrigatório que as empresas contratadas e suas subcontratadas detenham conhecimentos ambientais e cumpram a legislação ambiental vigente;
- os materiais construtivos deverão ser especificados (i) de acordo com critérios de sustentabilidade, adotando aqueles que ofereçam menor impacto ao meio ambiente; e (ii) conforme possibilidade de obtenção de locais próximos à obra, visando reduzir o impacto logístico;
- os materiais construtivos deverão ser padronizados e ter baixo desperdício e perdas em sua aplicação;
- Os materiais construtivos e equipamentos deverão permitir desmontagem com facilidade e reaproveitamento, sempre que cabível;
- as especificações e serviços deverão ser pensados para gerar o menor volume de resíduos.

Em relação à execução da obra, o Contratado deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos (i) na Resolução nº 307/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama); e (ii) na IN SLTI/MP nº 1/2010, conforme os parágrafos 2º e 3º do artigo 4º, nos seguintes termos:

- o gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme cada caso;
- nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução Conama nº 307/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos: (i) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros; (ii) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; (iii) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; (iv) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- a triagem deverá ser realizada, preferencialmente, na origem, ou ser realizada em áreas de destinação licenciadas para esta finalidade, respeitando as classes de resíduos;
- os resíduos deverão ser acondicionados após sua geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;
- os resíduos deverão ser transportados em conformidade com as normas para o transporte de resíduos, destinados somente a locais licenciados e acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos;
- a documentação de Controle de Transporte de Resíduos deverá conter as assinaturas do gerador, do transportador e do receptor e deverá ser mantida no local da obra à disposição da fiscalização dos órgãos governamentais e da Fiocruz;
- para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme cada caso, o Contratado deverá comprovar, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estejam acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, todas de 2004;
- a empresa deverá possuir permissão da prefeitura local para prestação do serviço de coleta de entulho, e cadastramento no órgão de limpeza urbana local;
- o material recolhido deverá ser destinado a locais e áreas previamente indicadas e autorizadas pela Prefeitura, através de seu órgão de limpeza urbana, e conforme legislação vigente;
- para retirada do entulho e para seu transporte até a destinação final, deverão ser utilizados equipamentos e veículos automotores, de responsabilidade do Contratado, apropriados e licenciados conforme legislação vigente;

- os serviços de retirada, transporte e descarte deverão ser executados por profissionais devidamente treinados para o desempenho da atividade, portando EPI (equipamentos de proteção individual) adequados à realização do serviço;
- o processo de retirada, transporte e descarte do entulho, em local devidamente autorizado, é de inteira responsabilidade do Contratado;
- apresentar, após atendimento da solicitação de retirada, transporte e descarte do entulho, uma certidão atestando a destinação final do material para local adequado, autorizado pelo órgão de limpeza urbana do município, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a execução do serviço;
- em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A partir dos elementos elencados, declara-se que a contratação é viável.

Declara-se ainda que o objeto será executado em área da Fiocruz, cuja titularidade e regularidade de sua posse estão expressas em certidão atualizada de Registro Imobiliário.

16. RESPONSÁVEIS

Conforme designação pela Portaria de Planejamento para Contratação.

17. ANEXOS

Não se aplica.

MAPA DE RISCO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Referência: Meta 2024.064 | Processo nº 25389.000418/2025-05.

Com base na Instrução Normativa (IN) SEGES/ MPOG nº 05/2017, as contratações devem ter seus riscos gerenciados, a partir das seguintes atividades: (i) identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação; (ii) avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco; (iii) tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências; (iv) para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e (v) definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

2. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

1. Risco: não realização de ações elencadas pela área técnica competente, constatada não conformidade.									
Causa do risco: falta de priorização ou recursos orçamentários, ou problemas administrativos ou jurídicos para licitação.									
Fase: <input checked="" type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato									
Probabilidade					Impacto				
<input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)					<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)				
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração									
Item da contratação: não aplicável									
Detalhamento da alocação: não aplicável									
Impactos: <ul style="list-style-type: none">• submeter trabalhadores e outros usuários da edificação ou espaço físico (interno ou externo) à riscos;• perder produtos ou prejudicar severamente processos de trabalho por falta de condições de infraestrutura;• prejudicar o funcionamento ou queimar equipamentos, ou deteriorar mobiliário e outros patrimônios públicos.									
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none">• sensibilizar gestores para a necessidade de implementação das adequações normativas e funcionais de adequação, apresentando as consequências;• sensibilizar trabalhadores e usuários sobre a necessidade de implementação das adequações, apontando claramente os prejuízos projetados.							Responsável (com CPF)		
							Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)		
							Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)		
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none">• solicitar interrupção das atividades pela falta de conformidade normativa ou funcional.							Responsável (com CPF)		
							Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)		

2. Risco: ausência de recursos para execução do projeto ou obra									
Causa do risco: contingenciamento orçamentário por parte de instâncias superiores.									
Fase: <input checked="" type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato									
Probabilidade					Impacto				
<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)					<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)				
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração									

2. Risco: ausência de recursos para execução do projeto ou obra	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos:	
<ul style="list-style-type: none"> perda das especificações técnicas de serviços e materiais construtivos e prazo de validade do orçamento. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> confirmar aprovação da contratação junto à Coordenação-Geral de Planejamento (Cogeplan) e Diretoria Executiva (DE)/Presidência da Fiocruz; iniciar processo de licitação somente com recursos integrais garantidos. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> solicitar suspensão do processo ou, no limite, solicitar o cancelamento da contratação. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

3. Risco: conteúdo técnico com indefinições, divergências ou erros apontados pelos licitantes.	
Causa do risco: erros materiais.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input checked="" type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input checked="" type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos:	
<ul style="list-style-type: none"> prejudicar o andamento do processo de licitação ou, no limite, anular o certame para substituir o conteúdo técnico. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> revisar sistematicamente as peças técnicas (projetos, cadernos de encargos e especificações, planejamento de execução, projeto de canteiro e planilhas orçamentárias). 	Responsável (com CPF) Tereza Cristina Malveira de Araújo (CPF nº 811.090.327-49)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> solicitar a suspensão do processo para implementação de alterações no conteúdo técnico, desde que o objeto da contratação não esteja comprometido; em seguida dar prosseguimento ao certame comunicando alterações aos interessados; solicitar a anulação do processo de licitação para substituição do conteúdo técnico, caso o objeto da contratação estiver comprometido; em seguida, iniciar novo certame regular. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

4. Risco: definição de requisitos ou qualificação técnica profissional ou operacional insuficientes que não permitam a contratação de empresa qualificada.	
Causa do risco: falta de entendimento pleno do objeto da contratação.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input checked="" type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	

4. Risco: definição de requisitos ou qualificação técnica profissional ou operacional insuficientes que não permitam a contratação de empresa qualificada.	
Impactos:	
<ul style="list-style-type: none"> dificuldades na seleção de fornecedor e execução da contratação no que diz respeito a qualidade do produto, comprometimento de prazos e apresentação das exigências contratuais. 	
Ações preventivas:	Responsável (com CPF)
<ul style="list-style-type: none"> fundamentar a contratação com exigências sólidas e bem embasadas. 	Tereza Cristina Malveira de Araújo (CPF nº 811.090.327-49)
Ações de contingência:	Responsável (com CPF)
<ul style="list-style-type: none"> estudar (i) alternativas para contratação sob o âmbito técnico, administrativo e legal; e (ii) jurisprudência dos órgãos de controle externo para explorar limites admissíveis. 	Rodrigo N. Costa (CPF nº 052.514.567-27)

5. Risco: definição de exigências ou qualificação técnica profissional ou operacional exageradas que possam cercear o caráter competitivo do certame licitatório.	
Causa do risco: falta de entendimento pleno do objeto da contratação e excesso de precaução da equipe técnica.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input checked="" type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade	Impacto
<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos:	
<ul style="list-style-type: none"> impugnação do Edital da contratação, seja pelas empresas interessadas que se sentirem prejudicadas ou seja pelo Tribunal de Contas da União (TCU), através de via administrativa ou judicial. 	
Ações preventivas:	Responsável (com CPF)
<ul style="list-style-type: none"> estudar (i) alternativas para contratação sob o âmbito técnico, administrativo e legal; e (ii) jurisprudência dos órgãos de controle externo para explorar limites admissíveis. 	Rodrigo N. Costa (CPF nº 052.514.567-27)
Ações de contingência:	Responsável (com CPF)
<ul style="list-style-type: none"> solicitar a suspensão do processo de licitação para implementação de correções nas peças técnicas, desde que o objeto da contratação não esteja comprometido. 	Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

6. Risco: atrasos na formalização da contratação pela ausência de comprovação de documentos ou profissionais exigidos em Edital pela empresa – apresentação de (i) equipe técnica mínima; (ii) certidões válidas; e (iii) garantias contratuais.	
Causa do risco: falta de organização administrativa e operacional.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade	Impacto
<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input checked="" type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos:	
<ul style="list-style-type: none"> comprometimento da execução do cronograma da contratação. 	
Ações preventivas:	Responsável (com CPF)

6. Risco: atrasos na formalização da contratação pela ausência de comprovação de documentos ou profissionais exigidos em Edital pela empresa – apresentação de (i) equipe técnica mínima; (ii) certidões válidas; e (iii) garantias contratuais.	
<ul style="list-style-type: none"> formalizar exigência de apresentação de documentação pertinente à empresa vencedora do certame licitatório no menor prazo possível. 	M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)
Ações de contingência:	Responsável (com CPF)
<ul style="list-style-type: none"> negociar com empresa vencedora, a partir da revisão do cronograma da contratação, na tentativa de mitigar o atraso inicial com ganho de produtividade em etapas de execução. 	M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)

7. Risco: conteúdo técnico com indefinições, divergências ou erros apontados pelo Contratado.	
Causa do risco: erros materiais.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade	Impacto
<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> contratação fora dos parâmetros estabelecidos com prejuízos eventuais para atingir os resultados pretendidos; necessidade de promover mudanças no escopo da contratação. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> revisar sistematicamente o conteúdo técnico (projetos, cadernos de encargos e especificações, planejamento de execução, projeto de canteiro e planilhas orçamentárias). 	Responsável (com CPF) Tereza Cristina Malveira de Araújo (CPF nº 811.090.327-49)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> rever a contratação para formalizar Termo Aditivo corretivo ou encerramento do Contrato para situações em que o objeto estiver comprometido. 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)

8. Risco: execução incorreta pelo Contratado, seja em função de entregas fora do escopo (requisitos e exigências) ou de prazos descumpridos.	
Causa do risco: incompreensão do conteúdo técnico ou erros materiais, ou falhas de planejamento de execução.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade	Impacto
<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	<input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input checked="" type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> comprometimento dos resultados da contratação e, em última instância, das metas institucionais dependentes do provimento de estrutura de trabalho adequada. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> realizar Reunião de Partida de Serviço (RPS) abordando detalhadamente (i) os requisitos e exigências definidos no Termo de Referência ou Projeto Básico da contratação; (ii) a metodologia de execução dos serviços; e (iii) os produtos e seus marcos de entrega; realizar fiscalização em tempo integral da contratação. 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)

8. Risco: execução incorreta pelo Contratado, seja em função de entregas fora do escopo (requisitos e exigências) ou de prazos descumpridos.	
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> exigir apresentação de documentos de contratação revisados (planejamento global e detalhado) para monitoramento pela Administração; solicitar notificação de não conformidade, aplicação de penalidades e rescisão contratual. 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

9. Risco: impossibilidade de início de execução ou continuidade dos serviços por solicitação da área demandante devido a (i) impossibilidade de liberação de áreas nos prazos contratuais e/ou (ii) mudança de escopo	
Causa do risco: imprevistos institucionais e/ou mudanças funcionais, operacionais ou técnico-normativas.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input checked="" type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> mudança no prazo da contratação com consequente formalização de Termo Aditivo. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> após aprovação de novo escopo, estando dentro dos limites percentuais legais para formalização de aditivo de acréscimo ou supressão, formalizar aditamento contratual. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> estudar alternativas técnicas de suspensão contratual até superação do imprevisto ou impasse, respeitado o prazo legal; solicitar rescisão do contrato. 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

10. Risco: impossibilidade de início de execução ou continuidade dos serviços por restrição financeira.	
Causa do risco: contingenciamento orçamentário.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input checked="" type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> interrupção da execução com consequente atraso do cronograma físico-financeiro motivado pela Administração. 	
Ações preventivas <ul style="list-style-type: none"> solicitar acompanhamento sistemático do orçamento disponibilizado nas fontes de recurso para a execução de projetos e obras de reforma ou construção. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)
Ações de contingência <ul style="list-style-type: none"> suspender a execução até o prazo limite legal ou, no limite, solicitar a rescisão do Contrato. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)

11. Risco: rompimento contratual decorrente de problemas ocasionados por qualquer uma das partes envolvidas.	
Causa do risco: descumprimento contratual e impossibilidade de alcançar acordo em bases legais.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input checked="" type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> serviços não entregues ou entregues de modo inadequado tecnicamente ou incompleto. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> realizar acompanhamento sistemático da contratação no que concerne ao cronograma de execução previsto, a entrega efetiva de produtos, a normalidade do faturamento financeiro e a regularidade fiscal e tributária da empresa; empenhar esforços para garantir recursos para pagamento do cronograma físico-financeiro da contratação. 	Responsável (com CPF) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49) Ana Paula Medeiros (CPF nº 829.275.027-49)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> fazer varredura nos documentos da contratação para verificação de não conformidades, omissões ou falhas de modo a manter registros corretos nos Processos (contratação e eventuais aditivos e apostilamentos, e pagamento). 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)

12. Risco: bloqueio da continuidade da execução dos projetos por força de ação judicial movida pelo Contratado.	
Causa do risco: descumprimento contratual e impossibilidade de alcançar acordo em bases legais.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input checked="" type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> impossibilidade momentânea de dar continuidade ao desenvolvimento dos serviços contratados com repercussões na entrega (produto) e utilização dos espaços, e garantia do orçamento aprovado. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> fazer varredura nos documentos da contratação para verificação de não conformidades, omissões ou falhas de modo a manter registros corretos nos Processos (contratação e eventuais aditivos e apostilamentos, e pagamento). 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> organizar ações com vista a contratação de remanescente ou realização de nova licitação, tão logo o bloqueio judicial seja suspenso. 	Responsável (com CPF) Rodrigo N. Costa (CPF nº 052.514.567-27)

3. RESPONSÁVEIS

Conforme designação pela Portaria de Planejamento para Contratação.

13. Risco: falhas na estruturação e entrega dos modelos BIM conforme ND/LOD e LOI exigidos em contrato.	
Causa do risco: ausência de verificação técnica rigorosa, falha na coordenação informacional ou uso indevido de modelos sem validação.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input checked="" type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> impossibilidade de uso dos modelos para licenciamento, obra ou gestão de ativos; necessidade de refazer modelos, gerar aditivos e atrasos contratuais; perda da rastreabilidade da informação e do controle de versionamento no CDE. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> validar os modelos BIM por disciplina e fase com base no BEP, AIR e DDP; aplicar checklists de conformidade técnica, geométrica e informacional com apoio da gerenciadora. 	Responsável (com CPF) Rodrigo N. Costa (CPF nº 052.514.567-27)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> exigir retrabalho e correção dos modelos com cronograma de resposta rápida; emitir notificação formal e aplicar cláusulas contratuais por não conformidade. 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)

14. Risco: falha de interoperabilidade dos modelos com sistemas CAFM/CMMS (AIM).	
Causa do risco: ausência de estrutura adequada dos dados (7D), parâmetros incompletos, uso de softwares incompatíveis.	
Fase: <input type="checkbox"/> Planejamento <input type="checkbox"/> Seleção de Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
Probabilidade <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 (maior)	Impacto <input type="checkbox"/> 1 (menor) <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input checked="" type="checkbox"/> 5 (maior)
Alocado para: <input checked="" type="checkbox"/> Contratado <input type="checkbox"/> Seguradora <input checked="" type="checkbox"/> Administração	
Item da contratação: não aplicável	
Detalhamento da alocação: não aplicável	
Impactos: <ul style="list-style-type: none"> modelo não utilizável para operação e manutenção; desperdício da modelagem As Built e comprometimento da transição ao AIM; necessidade de retrabalho oneroso e perda de dados históricos. 	
Ações preventivas: <ul style="list-style-type: none"> exigir exportações em IFC 4.3 e COBie validadas em ferramentas específicas; realizar simulações de integração com plataforma CAFM da Fiocruz. 	Responsável (com CPF) Rodrigo N. Costa (CPF nº 052.514.567-27)
Ações de contingência: <ul style="list-style-type: none"> contratar serviço de compatibilização ou conversão de dados BIM para CAFM; aplicar penalidade contratual e renegociar prazos finais com compensações. 	Responsável (com CPF) M. Beatriz C. S. Muxfeldt (CPF nº 842.512.637-15)